



FRIGORÍFICO RIOSULENSE S.A.

Relatório
Anual
2011



pamplona.com.br



FRIGORÍFICO RIOSULENSE S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	11
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
ADMINISTRAÇÃO	25
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
BALANÇO SOCIAL ANUAL 2011	27
UNIDADES FABRIS / FILIAIS	28



FRIGORÍFICO RIOSULENSE S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89



Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Apesar das dificuldades impostas à suinocultura brasileira, com custos elevados, embargo comercial, câmbio desfavorável e baixa rentabilidade - tendendo ao desastre - o ano de 2011 não pode ser classificado assim. O mercado interno mostrou a sua força e absorveu o excedente não exportado e novos mercados foram abertos na Ásia.

Para o Frigorífico Riosulense o ano de 2011 foi bastante proveitoso, eis que marcado por importantes conquistas, tanto no aspecto estratégico de posicionamento de mercado quanto na contínua busca pela ampliação de suas atividades empresariais. Acreditamos que a diferenciação do nosso negócio está na crença de fazer bem feito o básico e que a Companhia colheu neste exercício os frutos das ações e dos investimentos realizados nos últimos anos.

Com o resultado de nossa estratégia concretizamos o nosso crescimento, complementando a linha dos produtos industrializados, intensificando a nossa presença no mercado varejista das regiões sul e sudeste com a abertura de novos centros de distribuição, ganhando assim, eficiência e visibilidade. Este esforço foi recompensado com um desempenho financeiro vigoroso em 2011 que pode ser medido pela conquista de mercado, pelo crescimento da Margem EBITDA, pelo lançamento de novos produtos e pelos investimentos na modernização do parque fabril.

É importante ressaltar que este resultado é consequência da dedicação e do empenho de todos os colaboradores, aos quais proporcionamos um clima propício ao desenvolvimento profissional. Conquistamos neste exercício o certificado de responsabilidade social, concedido pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em reconhecimento às empresas que dão vida ao seu papel social. Estamos entre as 148 maiores empresas do sul e somos a 31ª maior de Santa Catarina no ranking da revista 500 maiores do Sul de 2011, realizado pela revista Amanhã juntamente com a PWC.

Não obstante a recente volatilidade dos mercados internacionais, continuamos otimistas e confiantes, com uma visão positiva da suinocultura e da economia brasileira em 2012, eis que a atividade tem contribuído para um ambiente de negócios favorável ao país. "O mercado interno manter-se-á aquecido, favorecido pelo baixo desemprego e valorização dos salários, e no mercado externo vislumbra-se o aumento das exportações para a China e Hong Kong, como também a abertura dos mercados para o Japão e Coreia do Sul, que possibilitarão certamente numa melhor performance comercial, operacional e financeira", segundo o Anuário 2012 da Suinocultura Industrial. Além disso, acreditamos que os fatores que geraram o crescimento até aqui, continuarão impactando positivamente no ano de 2012. Estamos atentos a novas oportunidades, focando sempre na rentabilidade, no desenvolvimento de novos produtos temperados e embutidos e na implantação de novos Centros de Distribuição, previstos ainda para o primeiro semestre, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, no interior e na capital.

Informações Operacionais e Financeiras

Na tabela abaixo, estão listados alguns indicadores de relevância para a gestão e para a análise do desempenho da Companhia em 2011.

DESTAQUES (HIGHLIGHTS) (em R\$ mil)			
INDICADORES ECONÔMICOS	2011	2010	Varição
Receita operacional bruta	615.766	526.675	16,9%
Mercado interno	314.373	297.639	5,6%
Mercado externo	301.393	229.036	31,6%
Receita operacional líquida	577.937	466.566	23,9%
Lucro bruto	98.655	71.538	37,9%
LAJIR/EBIT	42.650	18.846	126,3%
LAJIDA/EBITDA	50.418	27.097	86,1%
Lucro (prejuízo) líquido	15.407	1.466	951,3%
MARGENS			
Margem bruta	17,1%	15,3%	1,7 pp
Margem LAJIR/EBIT	7,4%	4,0%	3,3 pp
Margem LAJIDA/EBITDA	8,7%	5,8%	2,9 pp
Margem líquida	2,7%	0,3%	2,4 pp
INDICADORES FINANCEIROS			
Ativo total	470.667	436.904	7,7%
Patrimônio líquido	181.263	168.471	7,6%
Dívida líquida	128.136	116.268	10,2%
Dívida líquida/PL	70,69%	69,01%	1,7 pp
Dívida líquida/EBITDA	2,5 x	4,3 x	1,8 x
Investimentos (CAPEX)	6.069	4.669	30,0%
Nº de funcionários	1.537	1.505	2,1%
Receita líquida por funcionário	376	310	21,3%



Relatório da Administração

Mercado e Desempenho do Setor de Carnes Suínas

“A suinocultura brasileira viveu um ano difícil em 2011. O aumento dos preços das *commodities* agrícolas, movimento que já se pronunciava desde o segundo semestre de 2010, elevou os custos de produção do suinocultor, minando sua rentabilidade. Apesar de equilibrada, a produção brasileira foi levemente superior em 2011. O alojamento de matrizes manteve-se estável, apresentou apenas crescimento residual, ficando em 0,6%, mas a oferta de animais para abate cresceu devido ao aumento de produtividade. Já a oferta de carne cresceu acima dos abates, em virtude do maior peso das carcaças atingindo a marca de 3,5 milhões de toneladas. Mesmo com a demanda aquecida, essa maior oferta contribuiu para a volatilização dos preços pagos pelo suíno durante todo o ano.

Produção - O aumento do preço do milho foi o fator que mais influenciou de forma negativa nos custos de produção e na rentabilidade da cadeia produtiva da carne suína em 2011. A forte alta acompanha a tendência mundial e vem ocorrendo desde o segundo semestre de 2010, sendo que o ano de 2011 caracterizou-se por preços mais estáveis, mas em patamares elevados. O mercado de suínos apresentou uma combinação de fatores aparentemente contraditória em 2011, com estabilidade no alojamento de matrizes (oferta contida), aumento dos abates (demanda aquecida), alta no milho (maiores custos de produção) e redução de preços pagos. De fato, a recuperação nos preços esperada pelo produtor não se concretizou, com uma variação acumulada no primeiro semestre de -31,2%, a qual foi parcialmente recuperada a partir de julho de 2011.

Os abates totais continuaram a trajetória de crescimento verificada no ano anterior, passando de 32,8 milhões de cabeças em 2010 para 34,3 milhões de cabeças em 2011, bem como os abates sob inspeção estadual e municipal. A oferta de carne cresceu acima dos abates em função do maior peso médio das carcaças, atingindo aproximadamente a marca de 3,5 milhões de toneladas, o volume representa um crescimento de 4,9% em relação a 2010, conforme indicam os dados da Abipecs. O aumento é resultado da melhor produtividade registrada nos plantéis.

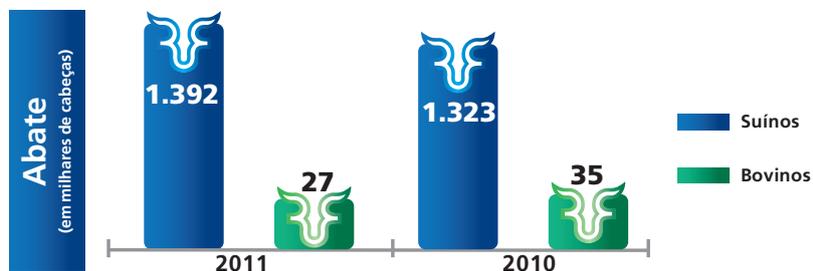
Mercado interno - Mesmo num cenário econômico mais restritivo que o de 2010, com os custos elevados de produção que afetaram a rentabilidade dos produtores, e com especulações de preços o mercado interno mostrou força. Foi ele o grande dinamizador da cadeia produtiva suinícola. Assim como no ano passado, o mercado doméstico foi protagonista e conseguiu absorver o excedente resultante do aumento da produção e da redução das exportações, estimado em cerca de 180 mil toneladas. Em 2010, o consumo per capita de carne suína cravou 16,8 quilos por habitante/ano.

Mercado externo - As exportações fecharam 2011 com 514 mil toneladas. Apesar da queda nos volumes exportados, houve um aumento de 6,5% no valor das exportações em dólar, devido ao aumento no preço médio obtido pelo exportador brasileiro, que chegou a 2,7 mil US\$/t. A taxa de câmbio do primeiro semestre permitiu a perda de competitividade da carne suína brasileira, mas a forte apreciação da moeda norte-americana a partir de agosto de 2011 contribuiu significativamente para a recuperação da margem.”

Fonte: Anuário 2012 da Suinocultura Industrial

Produção (Plano de Abates)

Em 2011, face ao incremento da produção de industrializados foram abatidas 1.392 mil cabeças de suínos, um aumento de 5,2% em relação ao ano anterior e readequado o de bovinos para 27 mil cabeças de bovinos, inferior a 2010 em 22,8%, em razão da baixa margem de comercialização.



Desempenho Operacional do Frigorífico Riosulense

Apesar de 2011 ter sido um ano difícil e tumultuado para a suinocultura brasileira, em consequência dos custos elevados dos principais insumos, da instabilidade da taxa do câmbio e de um mercado doméstico ofertado, resultante do aumento da produção e da redução das exportações, que acabaram afetando a lucratividade dos produtos ao longo do exercício de 2011, o Frigorífico Riosulense com prudência e racionalidade, direcionou seus esforços para ações e investimentos já planejados em 2009 e 2010, voltados para a modernização do complexo industrial, lançamento de novos produtos, adequação do plantel próprio e do peso médio ao plano de abate, redução de gastos e a completa desmobilização da frota e principalmente para a ampliação da produção e comercialização dos produtos industrializados com maior valor agregado. Estes produtos industrializados voltados ao mercado interno, em grande parte foram escoados



Relatório da Administração

pelos centros de distribuição localizados nas regiões sul e sudeste, que têm como alvo o varejo e contribuíram sobremaneira para a elevação das margens. No mercado externo, apesar do comportamento irregular do câmbio ao longo do exercício, tanto os volumes como os preços se mantiveram dentro dos níveis planejados para os mercados onde a Companhia atua e também promoveram a recuperação das margens. Estas ações e/ou comportamentos nestes mercados permitiram à Companhia, a elevação da geração de caixa, o fim da exposição cambial e consequentemente à estabilidade e adequação dos capitais de terceiros ao nível de atividade e ao perfil de endividamento desejado.

Vendas Físicas

As vendas do exercício de 2011 totalizaram 121.906 toneladas, sendo 10,9% superior ao ano de 2010, motivadas principalmente pelo aumento na venda de industrializados no mercado nacional de 11,8% e de carne suína no mercado externo de 26%.

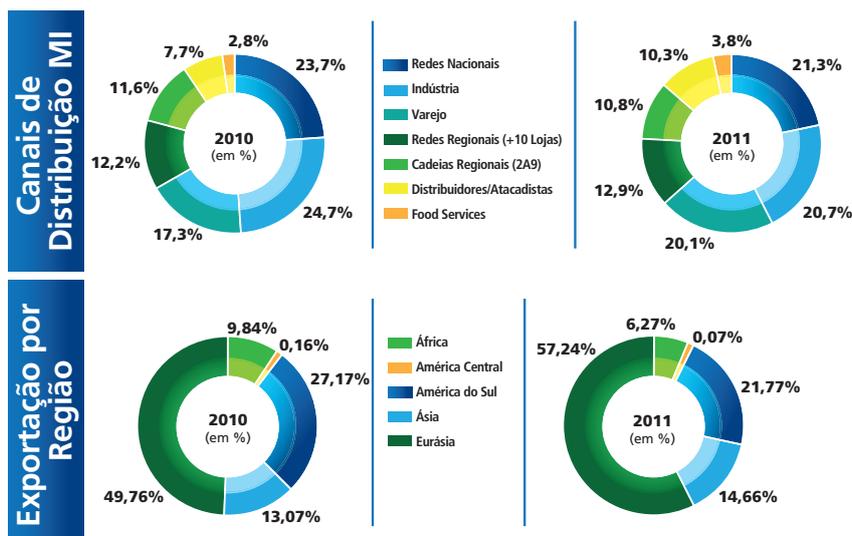
PRODUTOS (em Ton)	2011			2010		
	MI	ME	TOTAL	MI	ME	TOTAL
Carne suína	31.545	60.551	92.096	33.651	48.062	81.713
Carne bovina	4.326	1.791	6.117	4.251	3.067	7.318
Industrializados	22.727	966	23.693	20.315	517	20.832
TOTAL GERAL	58.598	63.308	121.906	58.217	51.646	109.863

Receita Operacional Bruta (ROB)

A Receita Operacional Bruta em 2011 atingiu R\$ 615.766 mil, registrando um acréscimo de 16,9% em relação ao ano anterior, tendo como fatores preponderantes o aumento na venda de industrializados com maior valor agregado de 27,1% no mercado interno e de carne suína no mercado externo de 37,3%.

Receita Operacional Bruta - por produtos e mercados (em R\$ mil)

PRODUTOS	2011			2010		
	MI	ME	TOTAL	MI	ME	TOTAL
Carne suína	186.108	286.492	472.600	192.748	208.676	401.425
Carne bovina	40.225	13.254	53.479	34.463	19.626	54.089
Industrializados	87.293	1.647	88.940	68.676	734	69.410
Outros	747	0	747	1.752	0	1.752
TOTAL GERAL	314.373	301.393	615.766	297.639	229.035	526.676



Resultado Bruto e Margens

O lucro bruto de 2011 totalizou R\$ 98.655 mil; a margem bruta atingiu 17,1%, ante a de 15,3% registrada em 2010. Além da melhora do preço médio de venda já assinalados nos comentários da ROB, há que se considerar o esforço da Companhia na redução dos gastos controláveis.

Despesas Operacionais

Despesas com Vendas: Totalizaram R\$ 48.934 mil no exercício em referência, ante R\$ 49.065 mil em 2010 e corresponderam a 8,5% e 10,5% da receita líquida, respectivamente. A redução está relacionada com a queda do



Relatório da Administração

volume de vendas para o mercado interno, que gerou menos despesas com fretes, bonificações e comissões de representantes, além da desativação da frota própria.

Despesas Administrativas: Em 2011 somaram R\$ 9.602 mil, contra R\$ 7.841 mil em 2010 e corresponderam a 1,7% da receita líquida de ambos os anos.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2011 registramos um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 21.376 mil, contra um resultado negativo líquido de R\$ 16.893 mil em 2010, que corresponderam a 3,7% e 3,6% sobre a receita líquida, respectivamente. O aumento deve ser atribuído em grande parte à elevação da necessidade de capital de giro.

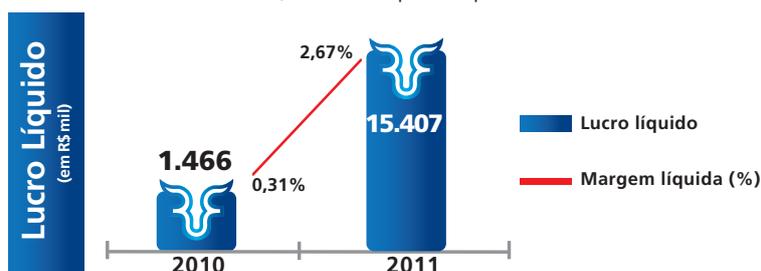
EBITDA e MARGEM EBITDA

O resultado operacional demonstrado pelo EBITDA (lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos e depreciações) de 2011 foi de R\$ 50.419 mil, 86,1% superior ao ano anterior, com margem EBITDA de 8,7% ante a de 5,8% do ano anterior, refletindo fortemente o desempenho das ações implementadas ao longo do exercício, tanto no mercado interno como externo.

Composição EBITDA - (em R\$ mil)		
Período	2011	2010
Receita bruta	615.766	526.675
Dedução de vendas	(37.829)	(60.109)
RECEITA OPER. LÍQUIDA	577.937	466.566
(-) CPV	(479.282)	(395.028)
(=) LUCRO OPERACIONAL BRUTO	98.655	71.538
MARGEM BRUTA	17,1%	15,3%
(-) Despesas comerciais	(48.934)	(49.065)
(-) Despesas administrativas e gerais	(9.602)	(7.841)
(+/-) Outras receitas/despesas operacionais	2.531	4.214
(+) Depreciação	7.769	8.251
(=) EBITDA	50.419	27.097
MARGEM EBITDA	8,7%	5,8%

Lucro Líquido

Por decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro líquido apresentou o valor e a evolução demonstrados abaixo:



Investimentos

A Companhia investiu o montante de R\$ 6.069 mil, ante uma depreciação de R\$ 7.769 mil, perfazendo 78,1% deste montante, assim distribuídos: R\$ 4.405 mil na atualização tecnológica do parque fabril; R\$ 147 mil foram empregados na aquisição de veículos; R\$ 466 mil em investimento na tecnologia da informação; R\$ 1.051 mil na adequação de prédios funcionais e granjas.

Disponibilidade e Endividamento

A dívida líquida (empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras) do Frigorífico Riosulense totalizava R\$ 128.136 mil em 31 de dezembro de 2011, dos quais 79,7% eram de curto prazo (R\$ 102.185 mil) e 20,3% de longo prazo (R\$ 25.951 mil). O aumento de R\$ 11.867 mil na dívida líquida em relação a 2010 se deve principalmente à elevação da necessidade de capital de giro.

A continuidade das negociações por parte da Administração iniciadas em 2009 com as principais instituições financeiras do Brasil, vem corroborar o êxito com a captação de novos recursos em 2011 e início de 2012, destinados ao custeio agrícola e capital de giro, possibilitando que o endividamento bancário mantenha parcela significativa no longo prazo, equivalente ao montante demonstrado em 2010.



Relatório da Administração

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2011			2010		
	CP	LP	TOTAL	CP	LP	TOTAL
Moeda nacional	73.572	24.456	98.028	56.037	36.515	92.552
Moeda estrangeira	38.811	1.495	40.306	31.924	0	31.924
(-) Disponibilidades	(7.078)	0	(7.078)	(8.207)	0	(8.207)
(-) Aplicações financeiras	(3.120)	0	(3.120)	0	0	0
TOTAL GERAL	102.185	25.951	128.136	79.754	36.515	116.269

Distribuição de Riquezas

Em 2011, o Frigorífico Riosulense gerou um valor adicionado de R\$ 135.441 mil, 9,6% superior ao ano de 2010. Esse valor é resultante das receitas de produtos e serviços, líquidos de descontos concedidos, no montante de R\$ 610.136 mil, deduzidos dos custos de R\$ 474.695 mil relativos a insumos, serviços de terceiros, depreciações e amortizações e receitas financeiras.

Distribuição do Valor Adicionado - (em R\$ mil)		
Período	2011	2010
Empregados	36.098	32.741
Tributos	48.464	63.338
Remuneração de capitais de terceiros	35.472	26.030
Remuneração de capitais próprios	15.407	1.466
Total do Valor Distribuído	135.441	123.575

Gestão do Meio Ambiente e Certificações

A Companhia está em consonância com a legislação e normas ambientais vigentes, sendo consideradas e observadas as questões ambientais nas fases de projeto, construção e operação de suas unidades industriais e granjas. Todas as unidades de produção estão autorizadas pelos órgãos reguladores para funcionar e estão sujeitas à supervisão contínua. Além dos investimentos já realizados nas unidades de produção e granjas do Frigorífico Riosulense para a adequação à legislação ambiental, foram realizados diversos investimentos adicionais nas unidades de produção, como medida preventiva e antecipatória.

A Companhia possui um sistema de gestão ambiental que permite desenvolver e implementar políticas e objetivos que levem em consideração os requisitos legais e as informações sobre aspectos ambientais significativos.

Colaboradores

O Frigorífico Riosulense mantém políticas e práticas de gestão que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores, preocupando-se com sua saúde, bem-estar, segurança, desenvolvimento pessoal e profissional. A Companhia desenvolve ainda, uma política de segurança no ambiente de trabalho voltada a todos os colaboradores, realizando eventos específicos e implementando procedimentos preventivos com a meta de obter zero acidentes em suas unidades.

Governança Corporativa

O Frigorífico Riosulense está comprometido em adotar as melhores práticas de governança corporativa com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que o objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

O Conselho de Administração é composto por sete membros efetivos, sendo três independentes e possuem mandatos unificados de dois anos. É responsável pelo estabelecimento de políticas estratégicas gerais e de metas, além da definição de políticas comerciais gerais, eleger diretores e fiscalizar as suas gestões.

Audidores Independentes

O auditor independente da Companhia é a KPMG Auditores Independentes, empresa contratada no início de 2008, tendo sido selecionada pela Diretoria para realizar os serviços de auditoria externa relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras. Em atendimento a Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2010 e 2011 quaisquer serviços não relacionados à auditoria externa.

Agradecimentos

A Administração do Frigorífico Riosulense agradece a seus acionistas, conselheiros, clientes, parceiros, fornecedores, instituições financeiras, órgãos reguladores e colaboradores pela confiança e apoio demonstrados ao longo de mais um ano, e continuará focada na busca da excelência em todas as suas áreas de atividade, através do trabalho e dedicação de toda a sua equipe, visando oferecer sempre a seus clientes produtos práticos, saudáveis e seguros.

Rio do Sul (SC), 23 de março de 2012.

A ADMINISTRAÇÃO.



Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2011	2010
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.078	8.208
Aplicações financeiras	5	3.120	–
Contas a receber de clientes	6	75.166	56.909
Estoques	7	21.482	28.011
Ativos biológicos	8	51.326	39.162
Impostos a recuperar	10	41.733	37.710
Outras contas a receber		7.653	7.178
		207.558	177.178
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	9	1.617	1.931
Impostos diferidos	11	32.347	31.355
Impostos a recuperar	10	10.305	6.491
Outros créditos a receber		2.094	1.855
		46.363	41.632
Imobilizado	12	196.911	199.327
Investimentos		4.484	4.484
Ativos biológicos	8	12.832	11.862
Intangível		2.519	2.421
		216.746	218.094
Total do Ativo		470.667	436.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Passivo	Nota	2011	2010
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	13	112.383	87.961
Fornecedores		53.604	56.947
Salários, encargos e contribuições sociais		8.081	6.306
Obrigações tributárias		807	532
Comissões a pagar		730	917
Outras contas a pagar		4.880	3.491
		180.485	156.154
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	13	25.951	36.515
Provisão para contingências	9	25.560	20.602
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	56.434	53.531
Outras contas a pagar		974	1.631
		108.919	112.279
Patrimônio líquido			
Capital social	14	120.000	120.000
Ajuste de avaliação patrimonial		88.022	90.060
Prejuízos acumulados		(42.166)	(43.055)
Resultado do exercício		15.407	1.466
		181.263	168.471
Total do Passivo		470.667	436.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
Receita operacional líquida	17	577.937	466.566
Custo dos produtos vendidos		(479.282)	(395.028)
Lucro bruto		98.655	71.538
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas		(48.934)	(49.065)
Administrativas e gerais		(9.602)	(7.841)
Outras receitas operacionais		2.531	4.214
Resultado antes do resultado financeiro		42.650	18.846
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	13.696	8.818
Despesas financeiras	18	(35.072)	(25.711)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		21.274	1.953
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	11	(3.955)	(2.615)
Diferido	11	(1.912)	2.128
Resultado do exercício		15.407	1.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2009		120.000	92.190	(45.185)	167.005
Realização do custo atribuído		–	(3.228)	3.228	–
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído		–	1.098	(1.098)	–
Resultado do exercício		–	–	1.466	1.466
Saldos em 31 de dezembro de 2010		120.000	90.060	(41.589)	168.471
Realização do custo atribuído		–	(3.087)	3.087	–
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído		–	1.049	(1.049)	–
Resultado do exercício		–	–	15.407	15.407
Juros sobre o capital próprio		–	–	(2.615)	(2.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		120.000	88.022	(26.759)	181.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2011	2010
Resultado do exercício	15.407	1.466
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	7.769	8.251
Impostos diferidos	1.912	(2.128)
Resultado na venda de ativo imobilizado	(1.389)	(2.835)
Provisão para contingências (constituição líquida de reversão)	4.958	6.563
Juros/variação cambial não realizadas	9.154	5.307
	37.811	16.624
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em contas a receber de clientes	(18.257)	(11.499)
Redução (aumento) nos estoques	6.529	(10.224)
(Aumento) nos ativos biológicos	(13.134)	(14.031)
(Aumento) nos impostos a recuperar	(7.839)	(1.563)
(Aumento) em outras contas a receber	(714)	(2.931)
Redução em depósitos judiciais	314	375
(Redução) aumento em fornecedores	(3.343)	2.767
Aumento (redução) em contas a pagar e comissões	545	(1.014)
Aumento (redução) obrigações tributárias	275	(86)
Aumento salários, encargos e contribuições sociais	1.775	791
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	3.962	(20.791)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento por vendas de ativo imobilizado	2.216	4.861
Aquisição de ativo imobilizado	(6.069)	(4.669)
Aquisição de intangível	(208)	(1.010)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(4.061)	(818)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros pagos por empréstimos	(17.004)	(13.458)
Empréstimos tomados	246.765	291.540
Pagamentos de empréstimos	(225.057)	(255.283)
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	(3.120)	-
Juros sobre o capital próprio pagos	(2.615)	-
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(1.031)	22.799
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1.130)	1.190
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	8.208	7.018
No fim do exercício	7.078	8.208
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1.130)	1.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
Receitas		
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	609.061	515.656
Outras receitas	2.626	4.267
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	(38)	(116)
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(382.715)	(308.052)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(99.425)	(88.750)
Valor adicionado bruto	129.509	123.005
Depreciação, amortização e exaustão	(7.769)	(8.251)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	121.740	114.754
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	13.696	8.818
Outras	5	3
Valor adicionado total a distribuir	135.441	123.575
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	32.388	29.146
Benefícios	521	509
FGTS	3.189	3.086
Tributos		
Federais	22.396	38.732
Estaduais	25.983	24.525
Municipais	85	81
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	35.072	25.711
Aluguéis	400	319
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	12.792	1.466
Juros sobre o capital próprio	2.615	-
Valor adicionado atribuído	135.441	123.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Frigorífico Riosulense S.A., fundado em 1948, conhecido nacional e internacionalmente como Pamplona, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos e bovinos, no processamento e industrialização de seus derivados e na fabricação de rações. Possui duas plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtiva de rações e nove granjas de produção de suínos, localizadas no estado de Santa Catarina, e opera duas unidades industriais terceirizadas, uma de embutidos e outra de cortes, em Estação e Tupanciretã respectivamente, no estado do Rio Grande do Sul. Dispõem de cinco centros de distribuição, dois localizados em Santa Catarina, e os demais nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo sendo que, exceto os de Santa Catarina, os demais foram inaugurados ao longo do exercício de 2010.

Suas atividades estão organizadas em dois segmentos, no mercado nacional onde atua desde sua fundação e no mercado externo a partir de 1995. Com as marcas Pamplona, Riosul, Saudável e Paraná, posicionam-se com os seus produtos entre as principais empresas no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e mercados, desde o nascimento dos animais até o abate e industrialização, com acompanhamento constante e sofisticado controle de qualidade até chegar a mesa do consumidor final.

A Companhia adota como estratégia, oferecer aos seus clientes, produtos com maior valor agregado, industrializando os produtos da linha de embutidos, temperados, salgados e defumados. Neste sentido vem modernizando o seu parque fabril, adequando as suas unidades produtivas frigorificadas e as granjas à legislação de rastreabilidade, de acordo com as normas do Ministério da Agricultura.

No exercício de 2011 a Companhia consolidou todas as ações planejadas em 2010 voltadas a ampliação da produção e a comercialização dos produtos industrializados com maior valor agregado. Os produtos destinados ao mercado interno foram escoados pelos centros de distribuição e tiveram como alvo o varejo, contribuindo assim para a elevação das margens. No mercado externo, apesar do comportamento irregular do câmbio ao longo do exercício, tanto os volumes como os preços se mantiveram dentro dos níveis planejados para os mercados onde atuamos e contribuíram também para a recuperação das margens. Estas ações e comportamentos, tanto do mercado interno como externo, possibilitaram a elevação da geração de caixa e conseqüentemente à adequação dos capitais de terceiros ao nível de atividade.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações de resultado abrangente não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do período é igual ao resultado abrangente total.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de março de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 8 - Ativos biológicos;
- Nota 9 - Depósitos judiciais e provisão para contingências;
- Nota 11 - Impostos diferidos;
- Nota 12 - Imobilizado.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e na preparação do balanço patrimonial, com a finalidade da transição para as novas normas contábeis brasileiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem o seguinte ativo financeiro não derivativo:

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e a Companhia tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

d. Estoques

Os estoques de matérias-primas, materiais auxiliares e almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os estoques de produtos em processo e produtos acabados são avaliados pelo critério fiscal. O critério fiscal determina que o estoque de produtos acabados seja avaliado em 70% do maior valor de venda daqueles produtos, e o estoque de produtos em processo em 80% do valor do estoque de produtos acabados. O valor destes estoques, apurado por esse critério fiscal, não apresentou diferença significativa daquele que seria apurado pelo método de custo médio de produção, e não excede o seu valor de mercado na data do balanço.

e. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses, sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	25 - 50 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 40 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	20 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Investimentos

Representado principalmente por propriedades mantidas para investimento, refere-se a propriedades mantidas para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

h. Ativos intangíveis

A Companhia possui software, marcas e patentes registrados como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Receita operacional

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a novas práticas contábeis.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o ano. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital. A Companhia gerencia os requisitos de capital de forma agregada.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa	135	124
Bancos	1.993	6.693
Aplicações financeiras	4.950	1.391
Total de caixa e equivalente de caixa	7.078	8.208

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5. Aplicações financeiras

Refere-se a aplicações em certificados de depósito bancário remuneradas com base na variação do CDI, vinculadas a contratos de financiamentos e empréstimos, as quais estão classificadas como mantidas até o vencimento.

6. Contas a receber de clientes

	2011	2010
No País	29.684	35.330
No Exterior	45.609	21.485
Partes relacionadas	27	210
	75.320	57.025
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(154)	(116)
	75.166	56.909

7. Estoques

	2011	2010
Produtos acabados	15.944	21.546
Produtos em elaboração	435	100
Matérias-primas	219	1.799
Estoques em poder de terceiros	715	2
Materiais secundários	2.755	3.077
Mercadorias para revenda	613	660
Almoxarifado	801	827
	21.482	28.011

8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são reconhecidos pelo valor justo e são compostos como demonstrado a seguir:

	2011	2010
Plantel de suínos vivos	63.298	49.972
Plantel de bovinos vivos	55	70
Florestas	805	982
	64.158	51.024
Ativo circulante	51.326	39.162
Ativo não circulante	12.832	11.862



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos, representados pelo plantel de suínos, a Companhia tomou com base os preços de mercado para a aquisição de suínos, praticados na região onde realiza as suas operações. As referências de preço de mercado foram ponderadas conforme o tipo de animal (matriz, leitão para engorda ou suíno adulto em fase de engorda), o peso e a idade dos animais ao longo do seu desenvolvimento tendo sido aplicadas aos animais conforme o peso estimado em cada uma de suas fases de desenvolvimento.

O aumento no saldo do Plantel de suínos vivos deve-se ao maior número de cabeças existentes em 31 de dezembro de 2011, a elevação do peso médio dos suínos alojados no campo e a maior valorização dos preços de mercado quando comparados com o ano anterior.

9. Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2011	2010	2011	2010
Tributários	1.189	821	20.482	16.207
Cíveis	347	961	4.565	4.101
Trabalhista	81	149	513	294
Total	1.617	1.931	25.560	20.602

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos tributários, cíveis e trabalhistas, contra os quais foram interpostos recursos.

A movimentação da provisão para contingências nos exercícios de 2011 e 2010 está demonstrada a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro 2009	801	9.670	3.570	14.041
Adições	94	13.872	630	14.596
Baixas	(601)	(7.335)	(99)	(8.035)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	294	16.207	4.101	20.602
Adições	483	4.275	634	5.392
Baixas	(264)	–	(170)	(434)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	513	20.482	4.565	25.560

Tributárias

Refere-se basicamente a processos de compensação de créditos de PIS e COFINS.

Contingências possíveis

A Companhia não provisiona valores sobre contingências avaliadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, como previsto nas práticas contábeis brasileiras.

A Companhia possui diversos processos no montante total estimado de R\$ 32.973 (R\$ 42.790 em 2010), cuja opinião dos advogados é que o risco de perda é possível, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para contingência.

10. Impostos a recuperar

	2011	2010
ICMS	8.505	7.407
COFINS a recuperar	18.001	13.570
PIS a recuperar	3.939	3.066
IPI a recuperar	114	104
Antecipações de IRPJ	17.385	16.317
Antecipações de CSLL	4.094	3.737
	52.038	44.201
Circulante	41.733	37.710
Não circulante	10.305	6.491

a. ICMS

Em razão das exportações, a Empresa acumula créditos que são compensados com os débitos gerados com as vendas do mercado interno e podem ser usados para compra de matéria-prima através de processo de transferências a fornecedores, ou a terceiros.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

b. PIS e COFINS

O PIS e COFINS a recuperar são na sua maioria oriunda de créditos das compras de insumos destinados à exportação, os quais deverão ser realizados por compensação com débitos tributários e por meio de pedido de restituição junto às autoridades fiscais.

c. Antecipações de IRPJ e CSLL

Referem-se a retenções na fonte sobre aplicações financeiras, antecipações no recolhimento do imposto de renda e contribuição social, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar, ou ainda através de pedido de restituição.

11. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
Ativo não circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	52	39
Provisão para contingências	8.012	6.348
Provisão para comissões	139	167
Provisão variação cambial passiva	1.246	214
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	22.109	23.846
Outras diferenças temporárias	789	741
	32.347	31.355
Passivo não circulante		
Custo atribuído	45.345	46.394
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	7.041	2.957
Provisão variação cambial ativa	450	349
Provisão sobre reavaliação	3.403	3.630
Outras diferenças temporárias	195	201
	56.434	53.531

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A Administração estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2011 nos seguintes exercícios:

2012	3.165
2013	4.243
2014	5.273
2015	6.395
2016	3.033
	22.109

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucratividade fiscal futura.

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2011	2010
Resultado antes dos impostos	21.274	1.953
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(7.233)	(664)



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas não dedutíveis	(361)	(288)
Receitas não tributáveis	838	465
Juros sobre o capital próprio	889	–
Imposto de renda e contribuição social	(5.867)	(487)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(3.955)	(2.615)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(1.912)	2.128
	(5.867)	(487)
Alíquota efetiva	28%	25%

12. Imobilizado

a. Movimentação do custo e depreciação

Movimentação do custo	Equipamentos de processamento de dados									Total
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	91.709	86.122	40.366	2.139	8.138	7.811	2.156	189	465	239.095
Adições	101	525	3.004	74	298	377	177	11	102	4.669
Transferência	–	–	–	(127)	–	–	127	–	–	–
Baixas	–	4	794	35	2	5.122	11	–	–	5.968
Saldos em 31 de dezembro de 2010	91.810	86.643	42.576	2.051	8.434	3.066	2.449	200	567	237.796
Adições	36	677	3.486	88	351	153	405	35	838	6.069
Transferência	–	461	5	5	55	–	–	–	(526)	–
Baixas	–	29	954	26	4	2.238	53	1	1	3.306
Saldos em 31 de dezembro de 2011	91.846	87.752	45.113	2.118	8.836	981	2.801	234	878	240.559
Movimentação da depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2009	–	8.405	15.305	1.180	2.730	5.355	1.164	114	–	34.253
Depreciação no exercício	–	3.123	3.013	153	820	688	350	24	–	8.171
Transferência de conta	–	–	–	(127)	–	–	127	–	–	–
Baixa	–	3	134	32	–	3.776	9	1	–	3.955
Saldos em 31 de dezembro de 2010	–	11.525	18.184	1.174	3.550	2.267	1.632	137	–	38.469
Depreciação no exercício	–	3.124	3.089	154	856	172	350	24	–	7.769
Baixa	–	–	562	25	–	1.951	52	–	–	2.590
Saldos em 31 de dezembro de 2011	–	14.649	20.711	1.303	4.406	488	1.930	161	–	43.648
Saldos em 31 de dezembro de 2010	91.810	75.118	24.392	877	4.884	799	817	63	567	199.327
Saldos em 31 de dezembro de 2011	91.846	73.103	24.402	815	4.430	493	871	73	878	196.911



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 não houve a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade.

13. Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2011	2010
Capital de Giro	Juros de 6,75% a.a.	2012	R\$	11.604	10.854
	0,41% a 1,75% a.m.	2012/2013	R\$	4.331	27.368
	10,75% a 11,22% a.a.	2012	R\$	1.029	153
	TJLP + 7,30% a 9,50% a.a.	2013	R\$	17.395	27.793
	100% CDI mais juros de 0,048% a 1,00% a.m.	2012/2015	R\$	45.558	22.758
	Juros de 5,65% a.a.	2013	R\$	12.360	924
	Juros de 6,3% a 16% a.a. mais variação cambial	2012/2013	US\$	43.837	31.924
Investimentos					
BNDES	Juros de 7%, TJLP e cesta de moedas	2013	R\$	975	1.876
	TJLP + 7,25% a.a.		R\$	-	32
Arrendamento mercantil	100% do CDI e TJLP mais 1,72% a.a.		R\$	-	348
	0,75% a 4,5% a.m.	2012/2020	R\$	1.009	312
	TJLP mais 0,24% a 0,38% a.a.	2015	R\$	-	39
	CDI mais juros de 1,08% a 1,20% a.a.	2012/2013	R\$	196	-
Outros	TJLP mais 1,72% a 3,65% a.a.	2012	R\$	40	95
				138.334	124.476
Parcelas circulante				112.383	87.961
Parcelas não circulante				25.951	36.515

Em 31 de dezembro de 2011, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:	
2013	22.486
2014	1.920
2015	1.333
2016 - 2020	212
	25.951

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis.

Alguns dos contratos de financiamentos possuem cláusulas do tipo "debt covenants" que incluem a manutenção de determinados índices econômico financeiros, os quais vem sendo atingidos pela Companhia.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia está representado por 300.000 ações ordinárias sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009.

15. Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 2011 a Empresa calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 2.615, os quais foram pagos ainda em 2011 e contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 889 em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio pagos aos quotistas.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento do risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, a Companhia desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

b. Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas.

(ii) Investimentos

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

O valor contábil dos principais ativos financeiros representam a exposição máxima ao risco de crédito está demonstrado a seguir:

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	7.078	8.208
Aplicações financeiras	3.120	–
Contas a receber de clientes	75.166	56.909
Total	85.364	65.117

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

c. Risco cambial

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD"), permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2011 exposição cambial estava assim representada:

	2011		2010	
	Moeda estrangeira (US\$)	R\$	Moeda estrangeira (US\$)	R\$
Ativo				
Contas a receber	24.314	45.609	12.943	21.485
Passivo				
Empréstimos	(23.370)	(43.837)	(19.231)	(31.924)
Exposição líquida	944	1.772	(6.288)	(10.439)

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

e. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

f. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

g. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma adequada base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

h. Valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	4.950	4.950	1.391	1.391
Custo amortizado				
Aplicações financeiras	3.120	3.120	–	–
Contas a receber de clientes	75.166	75.166	56.909	56.909
Empréstimos e financiamentos	138.334	138.334	124.476	124.476
Fornecedores	53.604	53.604	56.947	56.947

Os valores justos não refletem mudanças futuras na economia ou outras variáveis que passam ter efeito sobre a sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

- **Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

i. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

17. Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	2011	2010
Receita Operacional Bruta		
Venda de produtos mercado interno	313.596	296.873
Venda de produtos mercado externo	301.393	229.036
Venda de mercadorias	777	698
Serviços prestados	-	69
	615.766	526.676
Deduções	(37.829)	(60.110)
Impostos sobre as vendas	(31.124)	(49.091)
Devoluções e abatimentos	(6.705)	(11.019)
Receita operacional líquida	577.937	466.566

18. Receitas financeiras e despesas financeiras

	2011	2010
Receitas financeiras		
Juros ativos	7.326	6.042
Variações monetárias ativas	113	327
Variações cambiais ativas	6.099	2.167
Outros	158	282
	13.696	8.818
Despesas financeiras		
Juros passivos	(26.128)	(21.648)
Variações monetárias passivas	-	(37)
Variações cambiais passivas	(7.759)	(2.819)
Outros	(1.185)	(1.207)
	(35.072)	(25.711)
	(21.376)	(16.893)

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros era composta por R\$ 45.661 para danos materiais, R\$ 10.000 para lucros cessantes e R\$ 26.160 para responsabilidade civil.



FRIGORÍFICO RIOSULENSE S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89

Conselho de Administração

Valdecir Pamplona

Presidente

Maria Daurete Pamplona Rizzi

Vice-Presidente

Alidor Lueders

Conselheiro

Edina Pamplona

Conselheira

Elvio de Oliveira Flores

Conselheiro

Irani Pamplona Peters

Conselheira

Milton Hobus

Conselheiro

Diretoria Executiva

Irani Pamplona Peters

Diretora Presidente

Osmar Peters

Diretor de Suprimentos e Logística

Sergio Luiz de Souza

Diretor Financeiro

Júlio César Franzói

Diretor Comercial

Contador

Élvis Justen

CRC/SC-028194/O-3



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Acionistas e Administradores da

Frigorífico Riosulense S.A.

Rio do Sul - SC

1. Examinamos as demonstrações financeiras do Frigorífico Riosulense S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes:

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Frigorífico Riosulense S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

7. Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 23 de março de 2012



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-4-F-SC

Marcelo Lima Tonini

Contador

CRC 1PR045569/O-4-T-SC


BALANÇO SOCIAL ANUAL 2011

Empresa: FRIGORÍFICO RIOSULENSE S.A.							
1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)			2010 Valor (Mil reais)			
Receita líquida (RL)			577.937			466.566	
Resultado operacional (RO)			42.651			18.845	
Folha de pagamento bruta (FPB)			45.726			42.014	
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	716	1,57%	0,12%	928	2,21%	0,20%	
Encargos sociais compulsórios	12.685	27,74%	2,19%	12.179	28,99%	2,61%	
Saúde	62	0,14%	0,01%	45	0,11%	0,01%	
Segurança e saúde no trabalho	706	1,54%	0,12%	649	1,54%	0,14%	
Educação	20	0,04%	0,00%	36	0,09%	0,01%	
Cultura	71	0,16%	0,01%	67	0,16%	0,01%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	53	0,12%	0,01%	67	0,16%	0,01%	
Creches ou auxílio-creche	104	0,23%	0,02%	60	0,14%	0,01%	
Outros	345	0,75%	0,06%	346	0,82%	0,07%	
Total - Indicadores sociais internos	14.762	32,28%	2,55%	14.377	34,22%	3,08%	
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Cultura	18	0,04%	0,00%	17	0,09%	0,00%	
Outros	0	0,00%	0,00%	1	0,01%	0,00%	
Total das contribuições para a sociedade	18	0,04%	0,00%	18	0,10%	0,00%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	33.735	79,10%	5,84%	47.237	250,66%	10,12%	
Total - Indicadores sociais externos	33.753	79,14%	5,84%	47.255	250,76%	10,13%	
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	720	1,69%	0,12%	488	2,59%	0,10%	
Total dos investimentos em meio ambiente	720	1,69%	0,12%	488	2,59%	0,10%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50%	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011		2010				
Nº de empregados(as) ao final do período	1.537		1.505				
Nº de admissões durante o período	792		723				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	65		55				
Nº de estagiários(as)	23		29				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	240		258				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	591		583				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	15,60%		13,96%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	64		67				
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	29		28				
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011		Metas 2012				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	27,5		27				
Número total de acidentes de trabalho	171		165				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivar e seguirá a OIT	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizar e incentivar	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011: 135.441		Em 2010: 123.575				
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	35,78% governo	26,65% colaboradores(as)	51,26% governo	26,49% colaboradores(as)	1,93% acionistas	26,19% terceiros	9,44% retido
0% acionistas	21,06% terceiros	1,19% retido					
7 - Outras Informações							



UNIDADES FABRIS / FILIAIS

UNIDADES INDUSTRIAIS

Matriz

Rod. BR-470, Km 150, nº 13.891 - Bairro Pamplona
CEP 89.160-000 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115
CNPJ Nº 85.782.878/0001-89 - CCICMS-SC. Nº 250.274.590.
www.pamplona.com.br

Filiais

Presidente Getúlio - SC

Rua Curt Hering, nº 1796 - Bairro Centro
CEP 89150-000 - Presidente Getúlio - SC
Telefone: (47) 3352-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0024-75 - CCICMS-SC. Nº 251.794.350

Estação - RS

Rua Josino Monteiro, nº 2 - Sala 3, Bairro Centro
CEP 99930-000 - Estação - RS
Telefone: (54) 3337-3300
CNPJ Nº 85.782.878/0003-40 - CCICMS-RS. Nº 272/0008707

Laurentino - SC

Rod. SC-302, Km 0, nº 4.370 - Bairro Ribeirão Basílio
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3131
CNPJ Nº 85.782.878/0021-22 - CCICMS-SC. Nº 251.144.119

Tupanciretã - RS

Av. Padre Roque Gonzales, s/nº - Sala 17, Bairro Centro
CEP 98170-000 - Tupanciretã - RS
Telefone: (55) 3272-4663
CNPJ Nº 85.782.878/0007-74 - CCICMS-RS. Nº 151/0043796

FILIAIS DE DISTRIBUIÇÃO

Itajaí - SC

Rua Blumenau, nº 895 - Bairro Centro
CEP 88305-101 - Itajaí - SC
Telefone: (47) 3346-9200
CNPJ Nº 85.782.878/0012-31 - CCICMS-SC. Nº 250.523.914

Lages - SC

Rua Humberto de Campos, nº 449 - Bairro Sagrado Coração de Jesus
CEP 88508-190 - Lages - SC
Telefone: (49) 3223-3599
CNPJ Nº 85.782.878/0015-84 - CCICMS-SC. Nº 250.902.028

Curitiba - PR

Av. Prefeito Erasto Gaertner, nº 2742 - Sala F - Bairro Bacacheri
CEP 82515-000 - Curitiba - PR
Telefone: (41) 3351-4258
CNPJ Nº 85.782.878/0005-02 - CCICMS-PR. Nº 90515319-62

Rio do Sul - SC

Rod. BR-470, Km 150, nº 13.891 - Bairro Pamplona
CEP 89160-000 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131
CNPJ Nº 85.782.878/0013-12 - CCICMS-SC. Nº 250.810.760

Porto Alegre - RS

Av. Assis Brasil, nº 5156 - Sala 01 - Bairro Sarandi
CEP 91110-000 - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3344-0112
CNPJ Nº 85.782.878/0004-21 - CCICMS-RS. Nº 096/3347470

Ribeirão Preto - SP

Rua Benedicta Rodrigues Domingos, nº 130 - Sala 08 - Bairro Jardim Lacerda
CEP 14095-050 - Ribeirão Preto - SP
Telefone: (16) 3434-1559
CNPJ Nº 85.782.878/0006-93 - CCICMS-SP. Nº 582.019.406.110

FILIAIS DE AGROPECUÁRIA

Rio do Sul - SC

Granja Santana

Estrada Cab. Rio Itoupava, s/nº - Bairro Itoupava
CEP 89160-000 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 9144-3623
CNPJ Nº 85.782.878/0025-56 - CCICMS-SC. Nº 251.280.799

Laurentino - SC

Granja Amoado

Estrada Geral, s/nº - Baixo Amoado
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3546-1033
CNPJ Nº 85.782.878/0034-47 - CCICMS-SC. Nº 253.027.675

Laurentino - SC

Fomento

Rod. SC 302, KM 0, nº 4.370 - Bairro Ribeirão Basílio
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3131
CNPJ Nº 85.782.878/0002-60 - CCICMS-SC. Nº 255.200.463

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa

Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 8816-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0026-37 - CCICMS-SC. Nº 251.280.780

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa Creche

Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 8816-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0032-85 - CCICMS-SC. Nº 252.003.691

Rio do Oeste - SC

Granja Bonatti

Estrada Geral, s/nº - Bairro Dois Irmãos
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 9173-6492
CNPJ Nº 85.782.878/0033-66 - CCICMS-SC. Nº 252.454.693

Rio do Oeste - SC

Granja Dois Irmãos

Estrada Toca Grande, s/nº - Bairro Dois Irmãos
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 9189-2416
CNPJ Nº 85.782.878/0027-18 - CCICMS-SC. Nº 251.280.772

Rio do Oeste - SC

Granja Águas Verdes

Estrada Geral Águas Verdes, s/nº - Bairro Águas Verdes
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 8823-8645
CNPJ Nº 85.782.878/0028-07 - CCICMS-SC. Nº 251.321.614

Ituporanga - SC

Granja Rio Novo

Estrada Alto Rio Novo, s/nº - Bairro Rio Novo
CEP 88400-000 - Ituporanga - SC
Telefone: (47) 3356-3100
CNPJ Nº 85.782.878/0030-13 - CCICMS-SC. Nº 255.200.463



FRIGORÍFICO RIOSULENSE S.A.

Rod. BR 470, Km 150, nº 13.891, Bairro Pamplona
CEP 89160-000 - Rio do Sul - Santa Catarina
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115